

produzindo
vidas
celebrando
direitos

Leis & Normas



COGEN COMISSÃO
LGBTQIAPN+
DO TJBA



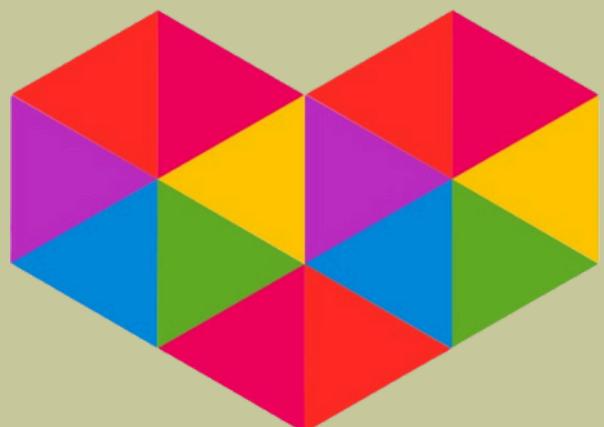
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Produzindo Vidas Celebrando Direitos



Redação & Arte
Bruno Calheira dos Santos

Revisão
Dr. Bruno Barros dos Santos
Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha
Debora Cerqueira Nobre de Sousa
Dr. Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo
Dra. Isabella Pires de Almeida
Dra. Maria Angélica Alves Matos
Dra. Mirna Fraga Souza de Faria



COGEN COMISSÃO
LGBTQIAPN+
DO TJBA

Em 2020, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) criou a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual (COGEN) composta por servidores, juízes, promotores e defensores públicos.

A COGEN propõe, acompanha e fiscaliza a implementação de iniciativas e estratégias institucionais, com o objetivo de assegurar um ambiente social inclusivo e justo, no combate à discriminação às pessoas LGBTQIAPN+, além de conceber e organizar campanhas e eventos educativos, fortalecendo a justiça, a diversidade e a cidadania.

Para mais informações, acesse o [site da COGEN no TJBA](#)

<https://www.tjba.jus.br/portal/cogen-lgbtqia/>



Leis e Normas

Conheça algumas das principais normas e leis que fundamentam os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil.

Compreender esses documentos é essencial para garantir que os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ sejam plenamente respeitados e protegidos.

Eles formam a base legal para ações afirmativas e políticas públicas que promovem a igualdade e a inclusão.

Ao conhecer essas normas, a comunidade pode se empoderar, reivindicar seus direitos e lutar contra a discriminação e a violência, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

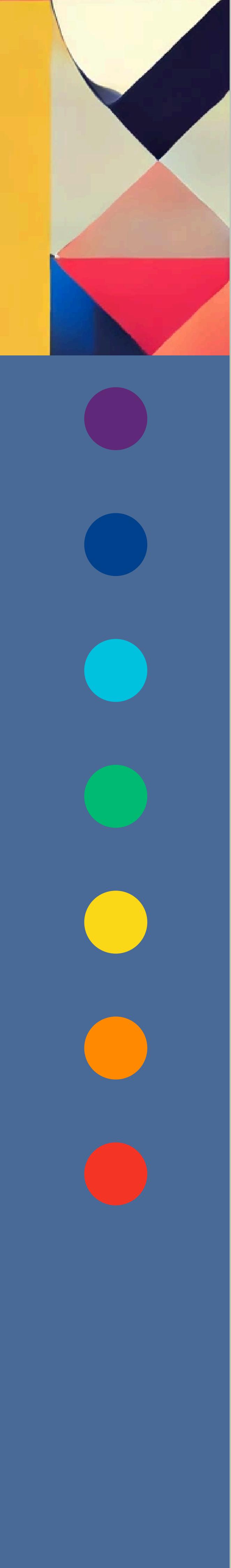


Constituição Federal de 1988

A Constituição é o alicerce do sistema legal brasileiro, assegurando direitos fundamentais a todos os cidadãos, incluindo a igualdade e a não discriminação.

Artigos importantes, como o Artigo 5º, garantem que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

A Constituição também protege o direito à liberdade, à segurança e à dignidade, elementos essenciais para a defesa dos direitos LGBTQIAPN+.



Princípios Fundamentais da Constituição de 1988

1. Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana é central na Constituição de 1988, assegurando que todos sejam tratados com respeito, independentemente de condição social, econômica, orientação sexual ou identidade de gênero. É a base para todos os direitos e garantias fundamentais.

2. Igualdade

O Artigo 5º da Constituição garante que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", proibindo qualquer forma de discriminação. Este princípio é vital para a comunidade LGBTQIAPN+, pois sustenta a luta contra a discriminação e pela igualdade de direitos.

3. Liberdade

A liberdade inclui a expressão, associação, pensamento e movimento. A Constituição protege o direito de viver de acordo com suas convicções e de se expressar livremente, respeitando os direitos de terceiros. Isso inclui o direito de expressar identidade de gênero e orientação sexual sem medo.

4. Segurança

A segurança é um direito garantido a todos os cidadãos, protegendo contra violência, criminalidade e abuso, e assegurando um ambiente seguro. A Constituição inclui mecanismos para proteger a comunidade LGBTQIAPN+ contra crimes de ódio e discriminação.

5. Justiça Social

A justiça social visa reduzir desigualdades e promover o bem-estar de todos. Este princípio guia políticas públicas para garantir acesso a oportunidades e recursos para uma vida digna, especialmente para grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIAPN+.



A aplicação dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 é crucial para a promoção e proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Esses princípios fornecem a base legal para combater a discriminação e a violência, promover a igualdade e assegurar que todos os cidadãos possam viver com dignidade e respeito.

Eles também orientam a criação de políticas afirmativas e ações específicas para atender às necessidades e proteger os direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

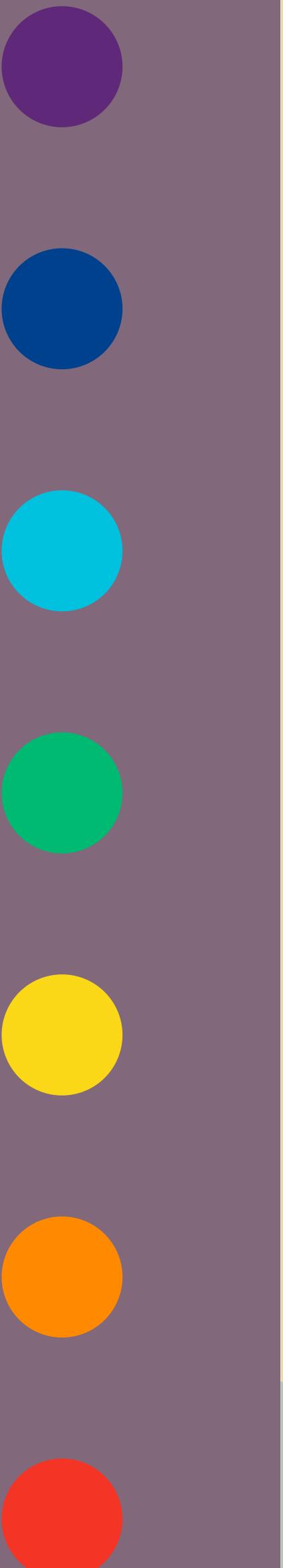
A Constituição Federal de 1988 estabelece um marco essencial na promoção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade democrática e justa. Seus princípios fundamentais de dignidade, igualdade, liberdade, segurança e justiça social são a base sobre a qual todos os direitos e garantias se sustentam. Para a comunidade LGBTQIAPN+, esses princípios são a chave para a luta contínua por reconhecimento, respeito e igualdade de direitos.

Para mais informações sobre a Constituição Federal de 1988 e seus princípios, consulte o texto constitucional disponível no site do Planalto

<http://www.planalto.gov.br/>



Código Civil



O Código Civil aborda questões relacionadas aos direitos de família, como casamento e união estável. Ele reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, permitindo que esses casais tenham os mesmos direitos e deveres que os casais heterossexuais. Além disso, o Código Civil trata da possibilidade de adoção por casais LGBTQIAPN+, garantindo que essas famílias sejam legalmente reconhecidas e protegidas.

Código Civil: Direitos e Proteção para a Comunidade LGBTQIAPN+

O Código Civil Brasileiro é um dos pilares do sistema jurídico do país, regulamentando as relações privadas entre cidadãos, incluindo questões familiares, contratuais e patrimoniais. Promulgado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ele substituiu o antigo Código Civil de 1916, modernizando e adaptando as normas às necessidades e realidades do século XXI. Este artigo destaca como o Código Civil protege e promove os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil.

Direitos de Família

1. União Estável e Casamento

O Código Civil reconhece a união estável como uma entidade familiar, garantindo direitos semelhantes aos do casamento. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a união estável entre pessoas do mesmo sexo deve ser reconhecida com os mesmos direitos e deveres que uma união heterossexual. Esta decisão foi um marco significativo para a comunidade LGBTQIAPN+, pois assegurou direitos fundamentais como herança, pensão alimentícia e inclusão como dependente em planos de saúde.

2. Casamento Civil

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Resolução nº 175, que proibiu cartórios de se recusarem a celebrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta resolução, baseada no princípio da igualdade, garantiu que casais LGBTQIAPN+ pudessem oficializar sua união com todos os direitos legais associados, como adoção conjunta e divisão de bens.

Direitos Patrimoniais

1. Sucessão e Herança

O Código Civil regula a sucessão e herança, assegurando que parceiros em uniões estáveis, incluindo uniões homoafetivas, tenham direito à herança. Isso inclui a divisão de bens adquiridos durante a união e a possibilidade de nomear o parceiro como herdeiro em testamentos.

2. Regime de Bens

Casais LGBTQIAPN+ podem escolher entre os diferentes regimes de bens previstos no Código Civil (comunhão parcial, comunhão universal, separação de bens e participação final nos aquestos) ao oficializar sua união estável ou casamento. Isso permite que eles administrem seus bens de acordo com suas preferências e necessidades.

Adoção

1. Adoção Conjunta

O Código Civil, em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permite que casais LGBTQIAPN+ adotem crianças, garantindo-lhes os mesmos direitos e deveres de qualquer outro casal. A jurisprudência e decisões judiciais têm reforçado que o principal critério para a adoção é o melhor interesse da criança, independentemente da orientação sexual dos adotantes.

Nome Social e Identidade de Gênero

1. Retificação de Nome e Gênero

Embora o Código Civil não trate explicitamente da retificação de nome e gênero para pessoas transgêneras, a jurisprudência e decisões judiciais têm permitido que essas mudanças sejam feitas no registro civil. Isso é essencial para garantir o respeito à identidade de gênero e assegurar que documentos oficiais reflitam a identidade real da pessoa.



A inclusão de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+ no Código Civil representa um avanço significativo na promoção da igualdade e no combate à discriminação.

Assegurar que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tenham acesso igualitário a direitos familiares e patrimoniais é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Código Civil Brasileiro é um instrumento fundamental para a proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Ao regulamentar uniões estáveis, casamento, adoção e direitos patrimoniais, ele assegura que todos os cidadãos possam viver com dignidade e igualdade perante a lei. Conhecer esses direitos é essencial para reivindicá-los e garantir que a justiça seja uma realidade para todos.

Para mais detalhes sobre o Código Civil, acesse o site do Planalto

<http://www.planalto.gov.br/>



Código Penal

O Código Penal brasileiro inclui disposições para a proteção contra crimes de ódio e discriminação. Artigos que criminalizam a homofobia e a transfobia são fundamentais para combater a violência e a discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+. As sanções previstas visam punir atos de preconceito e garantir um ambiente mais seguro e respeitoso para todos.

Código Penal: Proteção e Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+

O Código Penal Brasileiro é um dos pilares do sistema jurídico, estabelecendo normas e sanções para condutas consideradas criminosas, protegendo os direitos individuais e coletivos. Promulgado pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ele tem sido atualizado para refletir as mudanças sociais e culturais do país. Este artigo destaca como o Código Penal protege e promove os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil.

Proteção Contra Crimes de Ódio e Discriminação

1. Homofobia e Transfobia

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que atos de homofobia e transfobia devem ser enquadrados na Lei nº 7.716/1989, que define os crimes de racismo. Esta decisão histórica equipara a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao racismo, garantindo penas mais severas para esses crimes. A decisão do STF assegura que ações de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ sejam punidas com rigor, promovendo um ambiente mais seguro e inclusivo.

2. Crimes de Injúria

O Código Penal, no Artigo 140, tipifica o crime de injúria, que envolve ofender a dignidade ou o decoro de alguém. Em casos onde a injúria é motivada por discriminação contra a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima, a pena pode ser agravada. Esta medida visa combater a violência verbal e moral contra pessoas LGBTQIAPN+, promovendo o respeito e a dignidade.

Crimes Contra a Vida e a Integridade Física

1. Homicídio Qualificado

O Artigo 121 do Código Penal estabelece que o homicídio pode ser qualificado por motivos torpes ou fúteis, incluindo aqueles motivados por discriminação de orientação sexual ou identidade de gênero. A qualificação do homicídio resulta em penas mais severas, reconhecendo a gravidade dos crimes motivados por ódio.

2. Lesão Corporal

O Artigo 129 trata do crime de lesão corporal. Se a lesão corporal for motivada por preconceito ou discriminação, a pena pode ser aumentada, reconhecendo a violência específica enfrentada pela comunidade LGBTQIAPN+. Esta disposição visa assegurar que os agressores sejam devidamente punidos e que as vítimas recebam justiça.

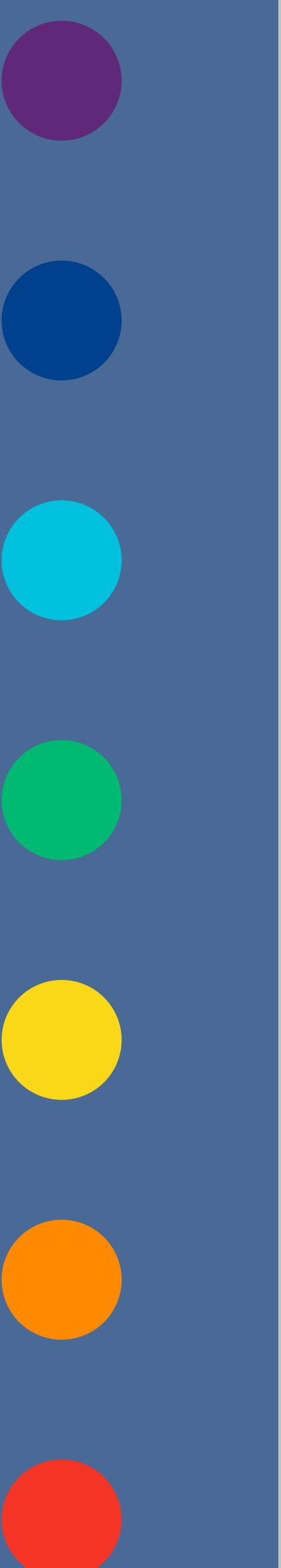
Proteção Contra a Violência Sexual

1. Estupro e Violência Sexual

O Código Penal tipifica os crimes de estupro e outros tipos de violência sexual, protegendo todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. As disposições sobre violência sexual são essenciais para a proteção de indivíduos LGBTQIAPN+, que frequentemente são alvo de tais crimes.

2. Estupro Corretivo

Embora o termo "estupro corretivo" não esteja especificamente no Código Penal, esse tipo de crime, que visa "corrigir" a orientação sexual da vítima, é severamente punido sob as disposições de estupro e lesão corporal grave. A justiça brasileira reconhece a gravidade deste crime e busca proteger as vítimas LGBTQIAPN+ de tal violência.



A aplicação rigorosa das disposições do Código Penal é crucial para a proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

O reconhecimento e a punição de crimes motivados por ódio e discriminação são passos fundamentais para criar um ambiente seguro e respeitoso.

Além disso, essas medidas reforçam o compromisso do Brasil com os princípios de igualdade e justiça, conforme estabelecidos na Constituição Federal.

O Código Penal Brasileiro é um instrumento vital na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao prever sanções severas para crimes de ódio, discriminação, violência física e sexual, ele assegura que todos os cidadãos possam viver com dignidade e segurança.

Conhecer essas proteções legais é essencial para reivindicar direitos e promover a justiça para todos.

Para mais detalhes sobre o Código Penal, acesse o site do Planalto.

<http://www.planalto.gov.br>



Código de Processo Civil

O Código de Processo Civil garante o acesso à justiça para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ele estabelece procedimentos que asseguram o direito de defesa e a igualdade de tratamento perante a lei, essencial para que pessoas LGBTQIAPN+ possam reivindicar seus direitos de maneira eficaz e justa.



Código de Processo Civil: Garantias e Direitos para a Comunidade LGBTQIAPN+

O Código de Processo Civil (CPC) Brasileiro, instituído pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, é um instrumento essencial para a administração da justiça no Brasil, regulando o funcionamento dos processos judiciais civis. Conheça seus Princípios Gerais:

1. Acesso à Justiça

Um dos princípios fundamentais do CPC é o acesso à justiça para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. O Artigo 3º do CPC assegura que todos têm direito a um julgamento justo e a uma solução adequada para os seus conflitos, garantido pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição. Esse princípio é crucial para garantir que a comunidade LGBTQIAPN+ possa buscar reparação legal e proteção de seus direitos.

2. Igualdade Processual

O CPC promove a igualdade de tratamento entre as partes no processo judicial. O Artigo 7º estabelece que o juiz deve assegurar às partes igualdade de tratamento, proibindo qualquer discriminação. Este princípio é vital para a comunidade LGBTQIAPN+, garantindo que suas causas sejam tratadas com imparcialidade e respeito no sistema judicial.

3. Direito de Defesa e Contraditório

O direito de defesa e o contraditório são princípios garantidos pelo Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e reforçados pelo CPC. Estes princípios asseguram que todas as partes em um processo tenham a oportunidade de apresentar suas alegações e provas, garantindo um julgamento justo e transparente. Para a comunidade LGBTQIAPN+, isso significa ter a possibilidade de se defender adequadamente contra qualquer forma de discriminação ou injustiça no âmbito judicial.

Medidas Protetivas e Tutelas de Urgência

1. Medidas Protetivas

O CPC prevê a concessão de medidas protetivas para proteger os direitos dos indivíduos em situações de risco ou vulnerabilidade. Essas medidas podem ser solicitadas por pessoas LGBTQIAPN+ que enfrentam ameaças ou violência, garantindo proteção judicial rápida e eficaz.

2. Tutelas de Urgência

As tutelas de urgência, previstas no Artigo 300 do CPC, permitem que o juiz conceda medidas imediatas para proteger direitos que estejam em risco iminente de lesão. Para a comunidade LGBTQIAPN+, isso é especialmente relevante em casos de discriminação ou violência, onde a intervenção rápida do judiciário é necessária para evitar danos maiores.

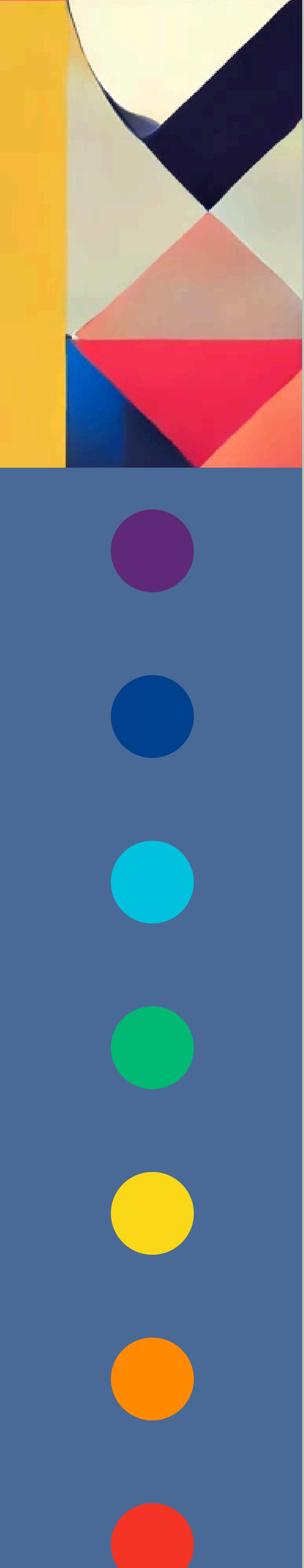
Procedimentos Especiais

1. Ações de Reconhecimento de União Estável

O CPC permite a propositura de ações específicas para o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo, garantindo que esses relacionamentos sejam legalmente reconhecidos e protegidos. Este reconhecimento é fundamental para assegurar direitos patrimoniais, previdenciários e sucessórios.

2. Retificação de Registro Civil

Embora o CPC não trate diretamente da retificação de nome e gênero no registro civil, as normas processuais são aplicadas em conjunto com a jurisprudência e decisões judiciais que permitem tais alterações. Pessoas transgêneras podem recorrer ao judiciário para ajustar seus documentos de acordo com sua identidade de gênero, promovendo o respeito à sua dignidade.



O Código de Processo Civil Brasileiro é um instrumento vital para a promoção da justiça e a defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao garantir acesso igualitário à justiça, igualdade processual, e medidas protetivas eficazes, o CPC assegura que todos os cidadãos possam buscar e obter justiça.

Conhecer essas disposições é essencial para que a comunidade LGBTQIAPN+ possa reivindicar seus direitos e promover a igualdade e a dignidade para todos.

Para mais detalhes sobre o Código de Processo Civil, acesse o site do Planalto.

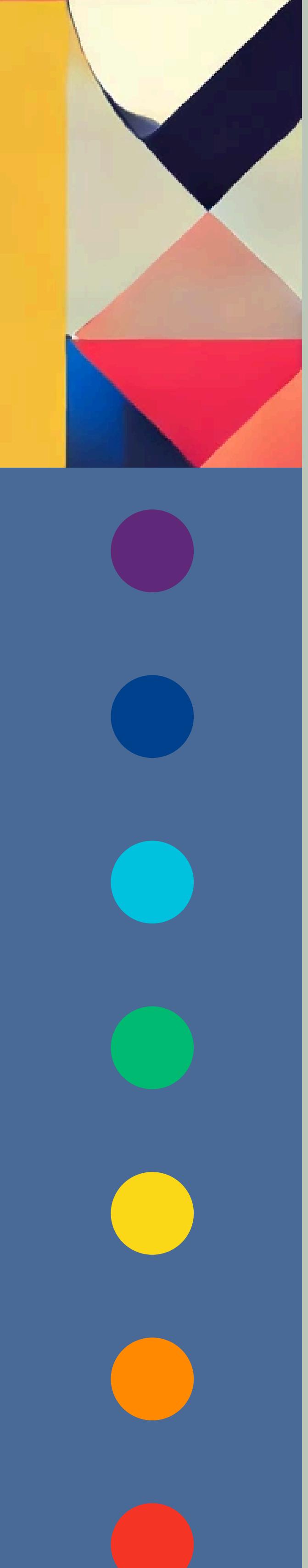
<http://www.planalto.gov.br>



Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ECA assegura os direitos das crianças e adolescentes, incluindo aqueles que pertencem a famílias LGBTQIAPN+.

O estatuto protege contra a discriminação e garante o direito ao respeito, à liberdade e à dignidade. Ele também aborda a adoção, assegurando que o melhor interesse da criança seja sempre a prioridade, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero dos adotantes.



Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Proteção e Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é um marco legal que estabelece os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, com foco na proteção integral e no respeito à dignidade humana.

O ECA é um instrumento fundamental para garantir que todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles da comunidade LGBTQIAPN+, tenham seus direitos respeitados e protegidos.

Princípios Fundamentais

1. Princípio da Proteção Integral

O ECA estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e devem receber proteção integral, incluindo medidas que assegurem seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Este princípio é essencial para garantir que todas as crianças, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tenham acesso a um ambiente seguro e saudável.

2. Princípio do Melhor Interesse da Criança

O Artigo 3º do ECA determina que a aplicação das normas deve sempre considerar o melhor interesse da criança e do adolescente. Este princípio orienta todas as decisões judiciais, administrativas e políticas públicas, garantindo que o bem-estar das crianças LGBTQIAPN+ seja uma prioridade.

Proteção Contra Discriminação e Violência

1. Proibição de Discriminação

O ECA proíbe qualquer forma de discriminação contra crianças e adolescentes, incluindo discriminação baseada em orientação sexual ou identidade de gênero. O Artigo 5º garante que todos têm direito à igualdade de condições para o acesso à justiça e proteção contra qualquer forma de discriminação, assegurando que as crianças LGBTQIAPN+ sejam tratadas com respeito e dignidade.

2. Proteção Contra Violência

O Artigo 17 do ECA assegura o direito ao respeito e protege contra qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Este artigo é fundamental para a proteção de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, que frequentemente são alvos de violência física e psicológica.

Direito à Convivência Familiar e Comunitária

1. Adoção por Casais LGBTQIAPN+

O ECA, em conjunto com o Código Civil, permite a adoção por casais LGBTQIAPN+. A jurisprudência brasileira tem reconhecido que o principal critério para a adoção é o melhor interesse da criança, não a orientação sexual dos adotantes. Isso assegura que crianças em situação de vulnerabilidade possam encontrar lares amorosos e seguros, independentemente da composição familiar.

2. Direito à Identidade

O ECA protege o direito à identidade, incluindo o nome, sobrenome, e a preservação das relações familiares. Para crianças e adolescentes transgêneros, isso significa o direito de serem reconhecidos e tratados de acordo com sua identidade de gênero, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

Educação e Saúde

1. Direito à Educação

O Artigo 53 do ECA assegura o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. As escolas devem promover um ambiente inclusivo e combater qualquer forma de discriminação, garantindo que crianças LGBTQIAPN+ possam aprender em segurança e com respeito.

2. Direito à Saúde

O ECA garante o direito à saúde, incluindo o atendimento especializado para crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Isso inclui acesso a serviços de saúde que respeitem sua identidade de gênero e orientação sexual, bem como programas de apoio psicológico e social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento vital na proteção dos direitos das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

Ao garantir proteção integral, igualdade de condições, e um ambiente seguro e inclusivo, o ECA assegura que todas as crianças possam crescer com dignidade e respeito. Conhecer essas disposições é essencial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para mais detalhes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, acesse o site do Planalto.

<http://www.planalto.gov.br>



Outras normas importantes

Princípios de Yogyakarta

Conjunto de princípios internacionais de direitos humanos aplicados à orientação sexual e identidade de gênero, promovendo igualdade e não discriminação.

Protocolo CNJ de Julgamento com Perspectiva de Gênero

Diretrizes para julgamentos considerando a perspectiva de gênero, promovendo igualdade e justiça para mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Provimento CNJ 147/2023

Política contra violência a mulheres no Judiciário, criando protocolo de atendimento e facilitando denúncias.

Provimento CNJ 149/2023

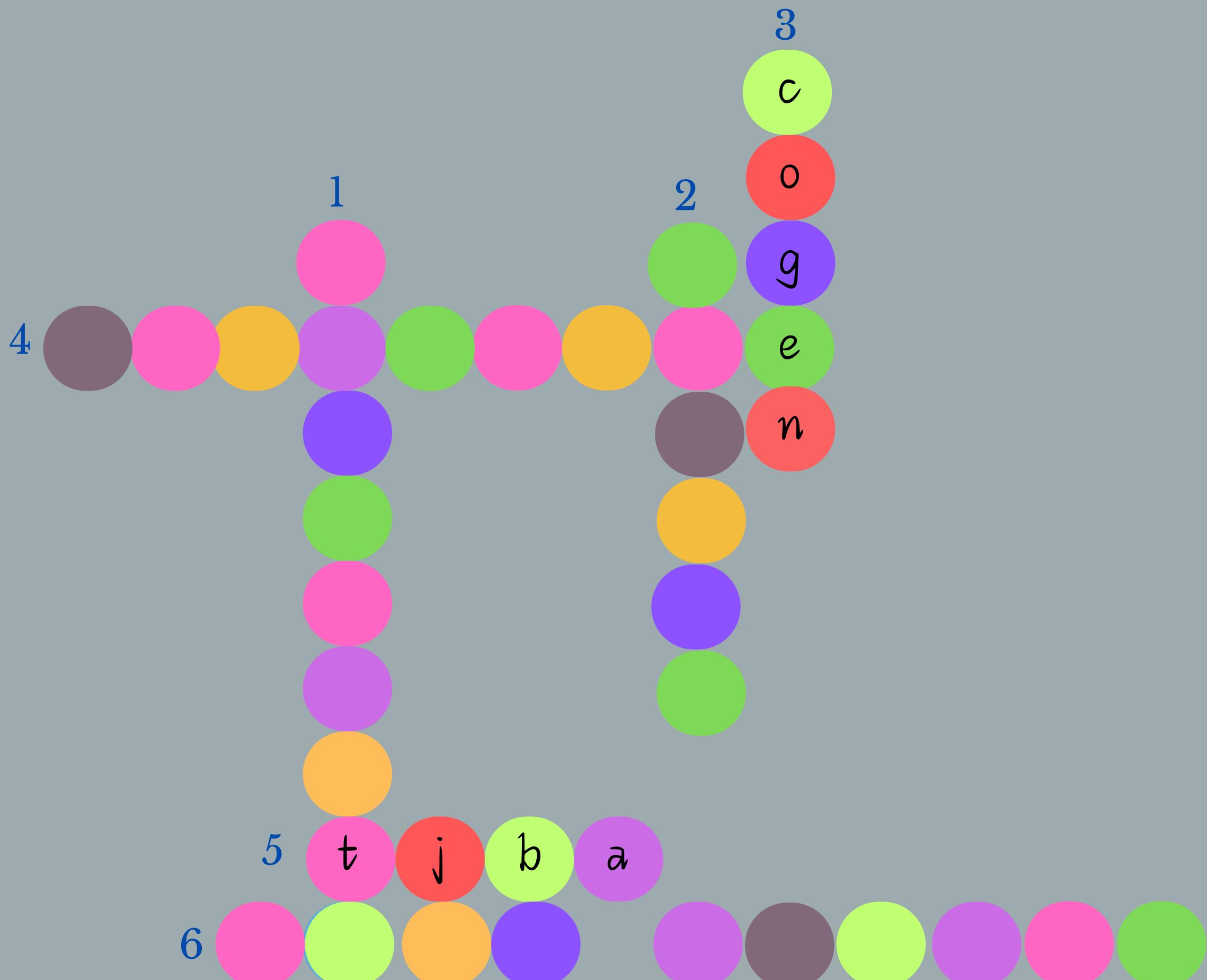
Regula serviços notariais para respeitar identidade de gênero e uso do nome social, facilitando a retificação de documentos.

Resolução CNJ 348/2020

Diretrizes para tratamento de pessoas LGBTQIA+ no sistema carcerário, garantindo direitos e proteção contra discriminação e violência.

Resolução CNJ 532/2023

Combate discriminação na adoção por casais LGBTQIA+ e famílias monoparentais, promovendo igualdade no processo de adoção.



Verticais

- 1 - União civil entre pessoas.
- 2 - Processo para assumir responsabilidade de cuidar de uma criança.
- 3 - Comissão LGBTQIAPN+ do TJBA.

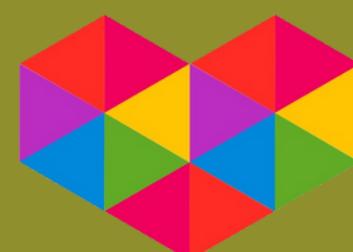
Horizontais

- 4 - Princípio garantido pela Constituição Federal.
- 5 - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
- 6 - Assegura que os documentos refletem a identidade da pessoa.

1 - casamento; 2 - adogado; 3 - cogem; 4 - igualdade; 5 - tiba e 6 - nome social.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



COGEN COMISSÃO
LGBTQIAPN+
DO TJBA